



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638276 - SP (2021/0000523-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA PEDROSO - SP074389  
ANDRÉ LUÍS CERINO DA FONSECA - SP225178  
THIAGO FELÍCIO DE OLIVEIRA LIMA - SP400794  
AMANDA BORGES MARUYAMA - SP414506  
GABRIEL VINICIUS DUCATTI DE TOLEDO - SP450623  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (APELAÇÃO CRIMINAL n. 1500886-10.2019.8.26.0599).

O paciente foi sentenciado às penas de 4 anos, 2 meses de reclusão e de 416 dias-multa, no piso, em regime semiaberto, como incurso na Lei n. 11.343/06, art. 33, *caput*, sem recurso em liberdade.

O TJSP negou provimento à apelação da defesa e deu provimento à apelação do Ministério Público para majorar as penas aplicadas, resultando em 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, em regime fechado. Eis a ementa do julgado:

"TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. Recursos bilaterais. PRELIMINAR. Suposta prova lícita. Inocorrência. Inteligência da Lei nº 13.022/14 (Estatuto das Guardas Cíveis). Rejeição. MÉRITO. Absolução. Impossibilidade. Autoria e materialidade bem delineadas, o que rechaça a pretendida desclassificação. DOSIMETRIA. Bases intocadas. Alijamento do redutor do art. 33, § 4º. Inviabilidade de aplicação do CP, art. 44. Modificação do regime ao fechado, consentâneo às peculiaridades. TESES ANALISADAS E PREQUESTIONADAS. PROVIMENTO UNICAMENTE AO APELO MINISTERIAL."

O impetrante defende a aplicação do redutor do §4º do art. 33 da Lei de Drogas, reconhecido pela sentença, com aplicação do regime semiaberto, pois o TJSP não apresentou fundamentação idônea para afastar o tráfico privilegiado. Afirma ser o

paciente primário e que não foi comprovada a adesão do paciente a atividades criminosas ou sua participação em organizações criminosas.

Requer, liminarmente, seja reconhecido o direito de aplicar o redutor de pena do §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, restabelecendo-se os parâmetros de fixação da pena deduzidos na sentença condenatória de primeiro grau. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente